



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006351-35.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **MARISTELA DE OLIVEIRA**
Requerido: **CLÉBER ROBERTO BARBANO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito em que as partes divergem sobre sua dinâmica.

A primeira questão a demandar análise consiste em apurar como se deram os fatos trazidos à colação para que se defina a responsabilidade pelos mesmos.

Sustentou a autora que na ocasião conduzia uma motocicleta por via pública local quando teve a trajetória interceptada por automóvel dirigido pelo réu e que saía em marcha-ré de uma garagem.

Em contrapartida, o réu salientou que estava entrando em uma garagem com seu automóvel, tendo-o parado para fazê-lo na faixa de estacionamento da rua, de sorte que a autora tinha plenas condições de passar pelo local, mas não o fez.

As fotografias acostadas aos autos respaldam a explicação da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, é possível perceber com clareza a fl. 34 que o automóvel do réu ficou parado após o embate em lugar onde se desenvolvia o tráfego regular de veículos.

Essas fotografias revelam que ao contrário do asseverado por ele no momento da colisão seu automóvel não estava na faixa destinada ao estacionamento de veículos, o que é confirmado pelo cotejo da posição dele e daquele de cor prata mostrado nas fotografias de fl. 33.

Aliás, o motorista desse último automóvel, Edinei Jacyntho, prestou depoimento em Juízo.

Esclareceu ter parado para falar ao telefone celular e viu o acidente à sua frente, declarando que o autor nesse momento efetivamente ocupava o leito carroçável da via pública e não se encontrava na faixa de estacionamento.

A testemunha deixou claro que o autor tentou entrar na garagem que ali havia, mas como não conseguiu encetou marcha-ré e voltou, dando então causa ao choque dos veículos.

Nesse mesmo diapasão foi o depoimento de Silmar Castilho Paulino, valendo registrar que o mesmo, a exemplo de Edinei, não conhecia nenhuma das pessoas envolvidas.

Esses elementos de convicção preponderam sobre o que disseram Ronaldo de Souza Bueno e Márcio Daniel especialmente quanto ao fato da batida ter acontecido perto da calçada porque as fotografias apontadas evidenciam o contrário.

Assim, é de rigor reconhecer a culpa do réu pelo episódio porque restou demonstrado suficientemente que ele interceptou a trajetória da autora ao no mínimo deixar seu automóvel na pista por onde a mesma trafegava regularmente.

Nem se diga que ela tinha condições de desviar, seja porque não se amealhou lastro consistente a esse respeito, seja porque ainda que assim fosse a circunstância não eximiria a responsabilidade do réu.

Assentadas essas premissas, é possível examinar a extensão da indenização postulada.

A reparação pelos danos na motocicleta e com os gastos para o tratamento da autora está amparada nos documentos de fls. 21 e 23.

Já os de fls. 30/31 atestam que a autora realmente auferia comissões pelo exercício de sua atividade laborativa, as quais deixou de ganhar por ter ficado meses sem trabalhar (fl. 29).

De todo razoável, portanto, que receba a verba postulada a esse título.

Solução diversa aplica-se ao pedido para ressarcimento dos danos morais.

Qualquer pessoa sabe nos dias de hoje o risco inerente a dirigir um veículo, sobretudo motocicletas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não extraio dos autos base sólida à ideia de que a autora em decorrência do acidente tenha experimentado abalo excepcional a demandar reparação, ao passo que as consequências permanentes não restaram comprovadas pelo que restou expendido e possível perícia (prova pertinente ao assunto) é de inviável implementação nesta sede.

A pretensão deduzida por tudo isso merece parcial acolhimento.

Por fim, tenho como demonstrado que o réu **ODEMIR** não tinha ligação com o veículo na época do acidente.

O documento de fls. 54/55 já denotava tal fato, confirmado em audiência pela testemunha Lauro Carlos da Luz.

Ele não possui nesse contexto legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em relação ao réu **ODEMIR PLÁCIDO DA SILVA**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu **CLÉBER ROBERTO BARBANO** a pagar à autora as quantias de: 1) R\$ 1.819,26, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2013 (época de elaboração do orçamento de fl. 23), e juros de mora, contados da citação; 2) R\$ 226,80, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das importâncias que a compuseram (R\$ 105,58 desde janeiro/2014 e R\$ 121,22 desde dezembro/2013 – fl. 21), e juros de mora, contados da citação; 3) R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**